

# JORNAL ADUNICAMP

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp - Campinas, São Paulo - Ano XVII - Agosto 2001

## NEGOCIAR DE FATO

### *Folga orçamentária e baixos salários*

#### Editorial

Desde o segundo semestre de 1999, a recuperação gradativa da arrecadação de ICMS vem aumentando as receitas das universidades estaduais paulistas. Porém, essa situação favorável não se traduziu de forma equivalente nos nossos salários. Os gráficos ao lado evidenciam e distinguem estes efeitos.

Eis como foram feitos os cálculos que embasaram a elaboração desses gráficos: cada ponto de cada uma das curvas refere-se aos resultados da soma dos valores dos últimos 12 meses. Por exemplo: o valor dos repasses do mês de janeiro de 2000, representado pela curva superior do gráfico 1, é resultado da soma dos repasses realizados desde fevereiro de 1999.

O gráfico 1 faz uma comparação da evolução dos repasses das três universidades, compostos pelo ICMS, a Lei Kandir e os acertos do ICMS de meses anteriores, com o comportamento das despesas com folha de pagamento. Mesmo com os efeitos dos reajustes salariais concedidos em 2000 e 2001, a evolução das despesas com salários foi significativamente inferior à das receitas. O gráfico 2 demonstra o aumento dos dispêndios não salariais das universidades, possibilitados pela crescente diferença entre os dois fatores representados pelo gráfico 1.

Esses cálculos, ao mesmo tempo em que nos dão uma idéia a respeito da situação financeira confortável em que se encontram as administrações das universidades paulistas, refletem o sentido da política que vem sendo adotada pelas reitorias, especialmente no que se refere à valorização dos seus recursos humanos. É bem verdade que tivemos uma recuperação salarial substancial com a campanha de 2000, re-

sultado da nossa mobilização e da nossa disposição de luta, que se materializaram numa greve de 53 dias.

Mas nossos salários ainda estão baixos. As previsões de uma inflação em torno de 7% neste ano comprometem o pequeno reajuste que tivemos em maio último e ameaçam as conquistas que tivemos no ano passado. Ao mesmo tempo, os reitores apresentam ao governo do Estado um plano de expansão de vagas nas universidades que não garante a ampliação proporcional dos quadros de docentes e funcionários. O próprio Governador afirmou, em matéria veiculada recentemente pela imprensa, que tal expansão ocorrerá sem o aumento dos repasses e que deverá aproveitar a “capacidade ociosa das universidades”. É bom lembrar, há cursos quase inviabilizados por falta de professores e, em outros casos, professores ministrando aulas para classes superlotadas. Que capacidade ociosa é essa, Governador?

Tudo isso reflete a política que vem sendo adotada pelas reitorias, em ressonância com o governo, de privilegiar investimentos em infra-estrutura, em detrimento do fator humano e da qualidade do ensino.

Não somos contrários ao incremento da infra-estrutura das universidades e à expansão de vagas. Mas esses investimentos não se refletirão na melhoria – ou sequer na manutenção – da qualidade sem investimentos compatíveis nas nossas condições salariais e de trabalho.

Os gráficos patenteiam que as universidades têm condições financeiras para atender às nossas reivindicações salariais. Entretanto, o CRUESP resiste em definir uma política que permita um novo reajuste em outubro. A experiência que tivemos nos últimos anos mostra que os reitores somente se dispõem a negociar **de fato** diante de forte mobilização.

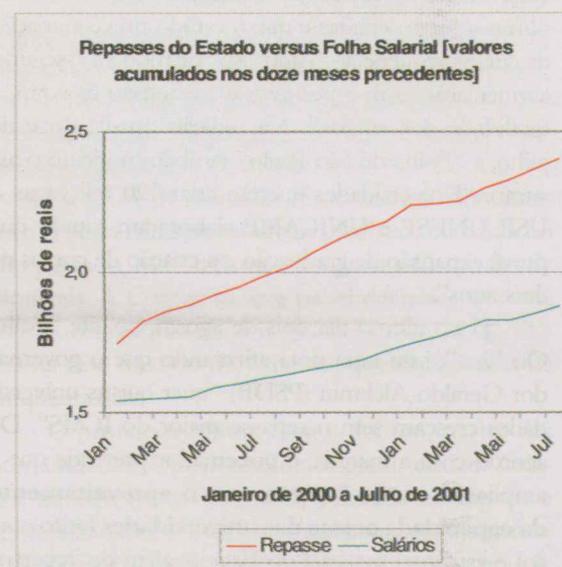


Gráfico 1

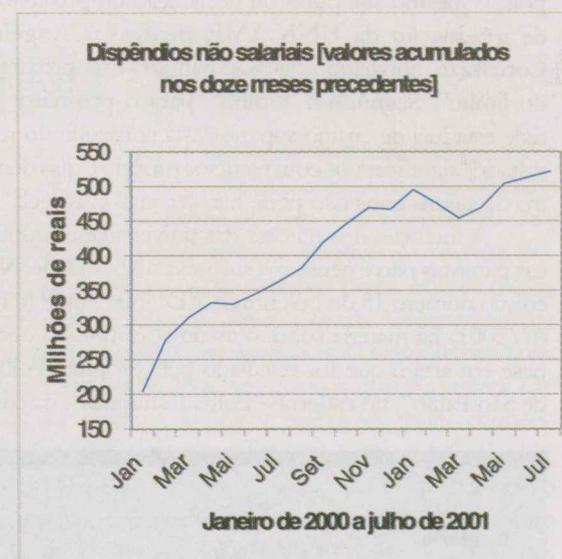


Gráfico 2

**Expansão de vagas:  
falta discussão**

Página 2

**Crise energética: o  
apagão brasileiro**

Páginas 4 e 5

**Milton Santos:  
geógrafo pensador**

Páginas 7 e 8

## EXPANSÃO DE VAGAS

## QUE ESTUDO É ESSE?

O CRUESP vem confirmando a postura autoritária e inflexível que lhe é atribuída. De maneira intransigente, se recusa a discutir com professores, funcionários e alunos o projeto que prevê a expansão de vagas nas universidades públicas do Estado. As notícias chegam à comunidade acadêmica apenas via imprensa. No último dia primeiro de agosto, o jornal "O Estado de São Paulo" trouxe a seguinte manchete: "Proposta: mais 133 mil alunos nas universidades – Projeto prevê que rede de ensino superior estadual terá mais 167% de matrículas em dez anos". A matéria dá a previsão de custo para a implementação do projeto: R\$ 465 milhões. Informa que as novas vagas serão oferecidas nas instituições existentes e em outras a serem criadas e que o estudo prevê a criação de cursos seqüenciais. Tudo isso "de modo a assegurar a vinculação com a pesquisa e a extensão e, assim, a qualidade dos cursos". Na edição do dia doze de julho, a "Folha de São Paulo" também noticiou o assunto: "Universidades querem criar 120 mil vagas – USP, UNESP e UNICAMP elaboraram estudo que prevê expansão da graduação e a criação de cursos de dois anos".

Já no último dia dois de agosto, no site "Folha On Line", saiu uma nota afirmando que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) "quer que as universidades cresçam sem o repasse maior do ICMS". De acordo com a matéria, o governador pretende que a ampliação ocorra "apenas com o aproveitamento da capacidade ociosa das universidades [grifo nosso] e estrutura material do Estado, além de 'recursos pontuais' para implantar novos cursos". Um dia depois, o mesmo site publicou declaração do pró-reitor de graduação da UNICAMP, professor Ângelo Cortelazzo, afirmando que a expansão "está próxima do limite". Segundo a "Folha", para o pró-reitor a rede estadual de ensino superior está conseguindo resultados significativos com recursos próprios, mas dentro de alguns anos isso pode não ser mais possível.

A intenção dos reitores das universidades públicas paulistas não é nenhuma surpresa ou novidade. Na edição número 15 do boletim da ADUNICAMP (04/07/2001) há matéria sobre o assunto, elaborado com base em artigo que foi veiculado pela própria "Folha de São Paulo", no caderno "Folha Campinas", na edi-

ção de quatro de junho. Tal plano, ou estudo, foi apresentado ao governador Geraldo Alckmin no dia dois de junho, durante comemorações do centenário da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba. Ele começou a ser elaborado, a pedido do CRUESP, no início desse ano pelas pró-reitorias de graduação das três instituições. O que provoca grande estranheza e indignação é o fato do tema não ser debatido com aqueles que constroem as três universidades públicas do Estado. E está situação é inaceitável.

A matéria da "Folha" (12/07/01) afirma que "as três universidades paulistas pretendem criar cerca de cento e vinte mil vagas para estudantes no decorrer dos próximos dez anos". Além da expansão no número de vagas, que já começa no próximo ano, cursos de dois anos também devem ser criados. A reportagem cita uma fala atribuída ao pró-reitor de graduação da UNESP, professor Wilson Galhego Garcia, que diz: "o plano prevê o fortalecimento do ensino público, que vem perdendo espaço para as escolas privadas".

Ainda segundo a matéria da "Folha de São Paulo", A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), prevendo a possibilidade de uma verba extra para o próximo ano. A emenda é do deputado Cláury Alves da Silva (PTB). O deputado afirma "que o dinheiro só poderá ser empregado na execução de projetos, como o da expansão de vagas".

A reportagem do "Estadão" (01/08/01) afirmou que os deputados estaduais que participam de um grupo que estuda a expansão das vagas no ensino superior público acreditam que a proposta é viável do ponto de vista financeiro. O deputado César Callegari (PSB) vê a iniciativa com bons olhos, mas defende uma discussão mais ampla da proposta com alunos e funcionários.

Na última Reunião de Negociação entre o CRUESP e o Fórum das Seis, realizada em dois de julho, um mês depois da apresentação do estudo ao governador, o Fórum, mais uma vez, solicitou aos reitores uma cópia do estudo. A imprensa da ADUNICAMP também fez o mesmo à assessoria do Palácio dos Bandeirantes. No Palácio, a resposta foi que somente os reitores poderiam apresentar o

material. E na Reunião, o CRUESP deixou bem claro: só vai apresentar o estudo depois que ele estiver pronto e discutido com figuras públicas e não públicas. Na ocasião, o professor Hermano afirmou que "o CRUESP quer manter a liberdade de conversa e discussão com o governo e pessoas não públicas".

Nós perguntamos: e a comunidade acadêmica, quando participa desse debate? Se a intenção é planejar estratégias que visam a expansão do ensino superior público do Estado, por que professores, alunos e funcionários não podem participar mais ativamente do processo? Por que todo o mistério?

Também no boletim número 15 da ADUNICAMP, questionamos a falta de uma discussão mais ampla das considerações do Fórum de Reflexão Universitária, que elaborou o artigo "A questão do aumento de vagas na UNICAMP", publicado no "Jornal da UNICAMP", em novembro do ano passado. O referido artigo traz uma análise acerca da vida acadêmica. Afirma que "todos os cursos de graduação estão inchados de disciplinas desnecessárias" e propõe reformulações nos *currícula*. De acordo com o Fórum da UNICAMP, a intenção da análise é "promover um grande debate com a comunidade universitária e a sociedade em geral, sobre os desafios que se colocam ao ensino superior público no Estado de São Paulo. E as possíveis 'vias de solução'".

Mas esse "grande debate" não ocorreu até agora. E fica o principal questionamento: qual a relação das considerações elaboradas pelo Fórum de Reflexão Universitária com o estudo apresentado pelo CRUESP ao governador?

Tal assunto provoca inquietação e indignação. Não somos contra a expansão de vagas nas universidades públicas do Estado. Mas tal expansão passa, necessariamente, pela alocação de recursos (humanos e orçamentários). É uma condição *sine qua non* para que a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas pelas universidades, seja garantida. É inadmissível que a comunidade acadêmica somente tenha informações sobre o estudo que vai definir os próximos dez anos das instituições, através da imprensa. Nós somos responsáveis pela construção e manutenção das universidades. É nosso dever e, acima de tudo, direito participar mais ativamente das discussões.

## EXPEDIENTE

## Diretoria:

José Roberto Zan, presidente; Maria Aparecida Moysés, 1º vice-presidente; Elias Basile Tambourgí, 2º vice-presidente; José Vitorio Zago, 1º secretário; Maria Cristina Bahia Wutke, 2º secretário; Nelson Prado Alves Pinto, 1º tesoureiro; Luiz Antônio Viotto, 2º tesoureiro; Adolpho Hengel Traub, Diretor Administrativo; Tânia Maria Alkmim, Diretora de Imprensa; Márcia Regina Nozawa, Diretora Cultural.

## Adunicamp — Associação de Docentes da Unicamp

Rua Érico Veríssimo, 1.479 — Cidade Universitária "Zeferino Vaz"  
Campinas/SP — CEP 13091-970  
Tel./fax (19) 3289-1148 / 3289-5229 / 3788-7752 / 3788-7173  
<http://www.adunicamp.org.br>

## Jornal Adunicamp - Agosto 2001

Jornalista Responsável: Márcio Souza - MTB 26.244. Distribuição: Roberto Munhoz e Oséias Ribeiro Queiróz. Tiragem: 4.000 exemplares. Distribuição Gratuita.

O **Jornal Adunicamp** é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas, destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

Essa edição foi fechada na redação dia 11 de agosto de 2001.

## CAMPANHA SALARIAL

## BREVE RESUMO DE 2001

A Campanha Salarial de 2001 iniciou-se em 28/03, quando o Fórum das Seis encaminhou ao CRUESP uma pauta conjunta de reivindicações, contendo treze itens. Essa pauta foi elaborada pelas entidades de docentes e funcionários das três universidades, que integram o Fórum, e as entidades estudantis. Além das reivindicações salariais, a pauta contém itens ligados à defesa da universidade pública e à expansão de vagas no sistema universitário público paulista. O reajuste solicitado foi de 13,5% em maio, além de uma política salarial para o segundo semestre.

Na primeira Reunião de Negociação, realizada em 18/05 na sala do CONSU da UNICAMP, os reitores demonstraram descaso e desinteresse em negociar com as entidades, adotando a mesma postura que ficou evidente na campanha salarial do ano passado. O CRUESP não permitiu a presença dos representantes dos DCE's, nem na qualidade de observadores, e se dispôs a discutir apenas os dois itens da pauta referentes a salário. Propôs um reajuste de apenas 6% em maio, culpando o "panorama nebuloso" – crise energética, crise argentina e, conseqüentemente, a atual instabilidade econômica no país – pelo baixo índice. Ao mesmo tempo, os reitores se negaram a discutir parâmetros para a definição de uma política salarial.

O Fórum das Seis considerou insuficiente a proposta dos reitores, reafirmou a necessidade da definição de um cronograma para a discussão dos demais itens da pauta e defendeu a participação das entidades estudantis nas negociações.

Nova reunião de negociação foi realizada em 01/06. O CRUESP manteve a sua postura intransigente de não discutir itens não relacionados a salários e de não permitir a presença das entidades estudantis na reunião. Naquele momento, os números divulgados pela Secretaria da Fazenda do Estado indicavam que, ao contrário das previsões pessimistas dos reitores, a arrecadação de ICMS em maio último tinha superado em 22,2% a arrecadação do mesmo mês no ano passado. Mesmo assim, os reitores mantiveram o reajuste de 6% em maio sem a definição de uma política salarial.

As assembleias de docentes e funcionários das três universidades manifestaram o seu repúdio à postura intransigente do CRUESP e aprovaram a proposta indicativa do Fórum das Seis de declaração de *estado de greve*. Os reitores responderam com o agendamento de nova Reunião de Negociação para 02/07. A novidade desse encontro foi a decisão dos reitores de propor um **simulacro de proposta** de política salarial para o segundo semestre. Foi apresentada uma fórmula, semelhante à do ano passado, para o cálculo de eventual reajuste salarial em outubro, mas com um enorme diferencial: o piso de arre-

cação de ICMS estabelecido pelos reitores. O CRUESP definiu um limite mínimo de arrecadação de R\$ 24,8 bilhões para o reajuste.

Esse valor supera em 2,4 bilhões a previsão de arrecadação elaborada pela Secretaria Estadual da Fazenda, no final do ano passado. Com isso, os reitores deixam claras as suas intenções com relação aos salários de professores e funcionários. Num primeiro momento, acenaram com a iminência da crise para não dar um reajuste superior a 6% em maio. Em seguida, demonstrando "extremo otimismo", elevaram o piso de arrecadação num patamar muito alto para a concessão de qualquer reajuste no segundo semestre. Ou seja, **adotam uma política de reajuste zero**.

É bom lembrar que em 2000, os reitores se recusavam a discutir previsões e só aceitavam negociar com as entidades a partir das bases definidas pelos orçamentos das universidades, considerando "virtuais" as previsões apresentadas pelo Fórum. Previsões que foram superadas pelos números reais de arrecadação naquele exercício. Agora, ao transformar as nossas previsões para 2001 em patamar mínimo para o cálculo de reajuste, o CRUESP expõe as reais intenções dos Reitores com relação às reivindicações dos trabalhadores docentes e técnico-administrativos das universidades paulistas.

Todas as previsões de arrecadação trabalham com valores inferiores a 24,8 bilhões. E os reitores também sabem disso. Na prática, a fórmula do CRUESP representa uma armadilha, pois garante que todo o "excedente de arrecadação" ficará a disposição para investimentos dos reitores. **O que aliás é muito conveniente, pois estamos em processo aberto de sucessão em duas das universidades paulistas.** O Fórum apresentou proposta de que o limite mínimo de arrecadação para a fórmula seja fixado em R\$ 23,2 bilhões. Esse valor representa a previsão orçamentária da Secretaria da Fazenda para esse ano, que é de R\$ 22,4 bilhões, mais os R\$ 800 milhões do ICMS usados para cobrir o reajuste salarial de seis por cento, em vigor desde maio. É um índice técnico, bem mais coerente do que o índice político proposto pelos reitores, e que não foge da atual realidade econômica.

**Precisamos iniciar o segundo semestre com disposição de luta. A experiência da Campanha Salarial de 2000 mostra que os reitores precisam de um "estímulo", ou seja, uma forte mobilização da categoria para negociar.** Com a mudança do sentido da curva inflacionária, que, de acordo com algumas previsões chegará, neste ano, em torno de 7%, precisamos preservar as conquistas salariais obtidas no ano passado.

CONTAGEM DE TEMPO:  
UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL?Francisco de A. M. Reis  
Arley R. Moreno

Talvez, através da Resolução n.61/01 que altera a composição da Comissão Especial para contagem de tempo de serviço. Por que? Como já é sabido, o CONSU havia aprovado, em reunião por ele auto-convocada, a Resolução A-14/00 que revogava o Art.38 pgr.2 e a Emenda n.1 do ESUNICAMP relativos ao processo de contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria de seus servidores docentes. Com isso, o CONSU reconheceu que não mais existiam as condições que motivaram no passado o processo de contagem ali estabelecidos no ESUNICAMP, como procurou, também, respeitar a Emenda 20 da Constituição Federal, aprovada no Congresso Nacional, que veio tornar preciso o conceito de **tempo de serviço** instituindo, a partir de dezembro de 1998, o conceito de **tempo de contribuição**. O ponto importante a ser salientado é que o CONSU cuidou de preservar o direito adquirido dos docentes contratados até 15/12/98, igualmente previsto na Emenda Constitucional, nesse processo de adequação daqueles itens do ESUNICAMP aos novos tempos e à nova Constituição.

Ocorre que a Comissão Especial para contagem de tempo de serviço não conseguiu apresentar os resultados de seus trabalhos no período previsto, que era de seis meses, tanto por falta de reuniões regulares quanto pela renúncia, após cinco meses, da pessoa que o presidia. Passaram-se, assim, sete meses até que nova Comissão Especial fosse instituída através da publicação no Diário Oficial em 06/07/01 da Resolução n.61/01. A falta de resultados levou a ADUNICAMP a solicitar providências e, ao menos, esclarecimentos a respeito, em seu Boletim n.14 (26/06/01).

Finalmente, a partir da instituição da nova Comissão Especial para contagem de tempo de serviço, pela Resolução n.61/01, conseguimos obter informações alentadoras sobre os trabalhos, agora efetivos, da atual Comissão Especial. Dos 135 processos analisados por Comissões anteriores, que tiveram sua validade suspensa pelo Ofício 019/99 da Reitoria, a atual Comissão já revisou a maioria da respectiva documentação. Nesse caso, a emissão dos pareceres está apenas na dependência do apoio técnico da Procuradoria Geral. Quanto aos 97 processos que não foram analisados por Comissões anteriores, a atual Comissão irá precisar de maior suporte por parte tanto da Procuradoria Geral quanto do DGRH, suporte já solicitado e, aliás, explicitamente prometido. A Comissão estabeleceu um cronograma de trabalho, com reuniões semanais, havendo disposição, inclusive, se necessário, de aumentar a frequência dos encontros com a finalidade de concluir sua tarefa dentro do espírito da Resolução do CONSU.

Tudo parece, pois, indicar que a luz no fim do túnel não é uma alucinação, nem uma nova ilusão. Tenhamos a cautela, entretanto, de esperar que passe o fim do túnel.

# O BRASIL E O C

**P**arece inacreditável, mas estamos em plena crise energética. A população brasileira assiste, atônita, a imposição, pelo governo, de uma política de racionamento do consumo de energia, com ameaças de cobrança de sobretaxas nas tarifas e de cortes de fornecimento. É a população sendo punida por algo de que não é culpada. E o impacto dessa política no âmbito da produção foi imediato, elevando ainda mais as taxas de desemprego. Tudo isso, num país que ocupa, no mundo, no que se refere ao potencial hidrelétrico, posição semelhante à da Arábia Saudita em petróleo. Em quase todas as regiões do território nacional, temos bacias hidrográficas generosas em quedas d'água e relevo favorável à geração de hidroeletricidade.

O problema energético se insere num contexto de crise econômica e social, fruto de um modelo econômico que colocou o Brasil em enormes dificuldades. A crise decorre, não das condições meteorológicas, mas, fundamentalmente, da falta de planejamento e da escassez de investimentos no setor. O governo adotou a política do Fundo Monetário Internacional, o que inibiu os investimentos em setores fundamentais da economia, e optou por uma alternativa política de orientação claramente antinacional e anti-social. A tão festejada superação das metas de superávit primário nos últimos anos, estabelecidas pelos acordos com o FMI, teve um custo social incalculável para a população brasileira. E o governo acabou de firmar novo acordo com essa instituição financeira, que deverá agravar ainda mais a situação nos próximos anos.

Para a maioria dos analistas, a crise será duradoura. As projeções mais otimistas falam em três ou quatro anos. E as mais realistas em dez anos. Para trazer mais elementos para a discussão desse problema, publicamos uma entrevista com o professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite, especialista nesses assuntos.



No dia dezesseis de julho, a Imprensa da ADUNICAMP fez uma entrevista com o físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, professor emérito da UNICAMP, sobre a questão da crise energética brasileira. Aposentado há quinze anos do Instituto de Física da UNICAMP, atualmente ele ocupa o cargo de Secretário Municipal de Cooperação Internacional. Também preside a Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC) e o Conselho Diretor do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. É membro do Conselho Editorial do jornal "Folha de São Paulo" desde 1978.

Engenheiro eletrônico formado pelo ITA em 1958, com doutorado em Ciências pela Universidade de Paris (Sorbonne) em 1962, o professor Cerqueira Leite trabalhou como pesquisador nos Laboratories Bell, nos Estados Unidos, de 1962 a 1970, e também lecionou no ITA e na Universidade de Paris (Professeur D'Echange).

Na França, em 1998, foi agraciado com a Ordem Nacional do Mérito. Foi diretor dos Institutos de Física e Artes e Coordenador Geral das Faculdades da UNICAMP, além de vice-presidente executivo da Companhia Paulista de Força e Luz entre 1982 e 1987.

Rogério Cezar de Cerqueira Leite vem escrevendo artigos para a "Folha" sobre a crise energética. E relatou as impressões sobre o assunto para a ADUNICAMP. A seguir, trechos da entrevista.

**Imprensa ADUNICAMP: Na opinião do senhor, a atual crise energética brasileira é decorrente do quê?**

**Rogério Cezar de Cerqueira Leite:** É indiscutível o fato de que a crise hoje resulta da falta de investimentos, da falta de atenção ao setor de eletricidade. É claro que o fato de ter havido poucas chuvas tornou o acontecimento mais eminente. Entretanto, não se pode dizer que é por falta de chuva. Uma hidroelétrica tem um fator de segurança bastante elevado. Um sistema hidroelétrico, quando bem programado, tem um padrão de segurança de cinquenta por cento. E nós estamos operando com um fator de segurança da ordem de vinte por cento. Quer dizer, um fator de insegurança de oitenta por cento. A situação atual é de risco, de risco muito elevado. É claro que houve alguns meses com pouca chuva e, então, a crise veio. Mas, se tivesse havido investimentos no setor, como tinha sido planejado anteriormente, não teria haveria problema de insuficiência de eletricidade.

**IA: A que o senhor credita essa falta de investimentos? A submissão do Brasil às normas impostas pelo Fundo Monetário Internacional e, conseqüentemente, a falta de uma política mais adequada para o setor energético?**

**RCCL:** É claro que um fator é o esforço que o governo brasileiro está fazendo para satisfazer as imposições do FMI de redução de "despesas". E o FMI

considera como "despesas" o investimento em qualquer setor. Investimento não é despesa. Investimento certamente não pode ser considerado como despesa. Mas como eles (FMI) consideram como "despesa", as empresas estatais e privadas do setor de eletricidade, principalmente as públicas, mesmo com recursos, foram impedidas de investir por causa dessa restrição. Agora, é claro que não é só isso. É que o governo também deixou de levar em consideração o risco. Ele assumiu o risco. Há pessoas que acham que o próprio Presidente não estava o par. Mas, o governo estava. O governo não é só o Presidente da República. É possível que o senhor Fernando Henrique Cardoso não tivesse conhecimento. Mas o governo sabia dos riscos que estava assumindo. E assumiu na esperança de que São Pedro fosse brasileiro, e fosse ajudar, dar uma mãozinha... Realmente há um nível muito grande de irresponsabilidade como causa da crise energética.

**IA: A aposta do governo foi equivocada?**

**RCCL:** O governo preferiu assumir o risco. Consciente ou inconscientemente. Por incompetência ou por desinformação. Seja lá o que for, eles preferiram assumir o risco a aborrecer ao FMI com uma solicitação para investir nesse campo. O senhor Malan - o seu grupo econômico e financeiro - preferiu não deixar investir e assumir os riscos.

**IA: O que o senhor pensa sobre o plano de racionamento de energia?**

**RCCL:** Isso não é um plano, é uma contingência. Quer dizer, não tem saída. Então, criaram uma situação tão absurda, depois que não tinha outra saída. Eu acho que o plano tem

ENERGÉTICA

# CRISE ENERGETICA

# OS DESAFIOS ENERGETICO

João Prudente



ver com a crise. A crise (energética) se estende ao Brasil todo e está trazendo desvantagens. O Brasil está perdendo investimentos que poderão ir para outros países. No momento, por exemplo, temos a sorte da Argentina também estar com uma crise, de outra natureza, mas também significativa. Isto faz com que a Argentina não esteja competindo com o Brasil de uma maneira muito intensa. Eu não vejo outros países na América do Sul que estejam competindo com o Brasil por investimentos. Então, a situação do Brasil, de uma certa maneira, não foi muito afetada em relação à América do Sul. Mas certos investimentos vão ser, preferencialmente, levados agora para outros países em desenvolvimento e desenvolvidos. Eu me refiro aqui a investimentos externos, obviamente.

**IA: Professor, já que estamos no meio de uma crise energética e não há como fugir dessa situação, que saídas o senhor aponta para o problema? Que alternativas o país pode ter nesse momento?**

**RCCL:** A crise de energia mostrou claramente que o sistema interligado estava deficiente. Isso precisa ser corrigido. Fazer "linhões" é necessário e eu acho que terão que fazer de qualquer maneira. Mas só isso não resolve o problema. Eu acho que também é uma contingência ter que usar o famoso gás da Bolívia, o pouco que possa ter, para amenizar a crise. Dar uma certa atenção para essa área é razoável. E outras formas, ditas alternativas, são sempre coisas pequenas. Qualquer forma alternativa, como a aeólica, é sempre muito limitada. Inclusive até a co-geração, por exemplo. Tudo está limitado em dimensões. Pode ajudar. Mas não resolve o problema da crise energética brasileira. A crise vai ter que ser resolvida por um sistema de aproveitamento das pequenas quedas d'água, o que o Brasil nunca fez. Mas pode fazer. É barato. É conveniente. É ecologicamente satisfatório. E deve fazer. Mas esta decisão não deixa as hidroelétricas de lado. Também é preciso fazer as hidroelétricas que já estão planejadas. Algumas até já estão começadas. Tem que dar ênfase a isto. Usar o gás natural comedidamente. E aí, tentar pensar no futuro mais distante. No momento, enfrentamos um problema de emergência.

**IA: Já que no próximo ano teremos eleições, no ponto de vista do senhor quais os desafios do futuro presidente?**

**RCCL:** Eu acho que a energia vai continuar sendo um problema por uns três, quatro anos. Talvez mais. Dependendo do que se fizer agora, talvez até mais tempo. Mas, vai continuar sendo um problema porque reduzimos os investimentos durante muito tempo. Não se pode esperar que o setor privado invista nessa área. Essa área é pouco atraente. O Estado tem que voltar a investir. Com ou sem sistema de privatização, o Estado tem que dar um apoio para essa área. Com empréstimos... Mas tem que ser feito. E isto é um custo elevado. Não podemos deixar de reconhecer.

alguns componentes que a gente poderia dizer que são inconstitucionais. Mas, a crise existe e o plano vai ser duro. É duro e vai continuar sendo. Enquanto houver uma ameaça de crise, a única saída é manter uma posição bastante desconfortável.

**IA: Para os próximos anos, se persistir esse plano - e a proposta é que seja assim - o senhor acredita que a situação deva ficar bem pior, principalmente em relação a investimentos e recessão?**

**RCCL:** O governo acaba de apresentar um plano de investimentos de trinta e dois bilhões de dólares. Eu acabo de fazer uma análise desse plano e há alguns componentes muito obscuros. Para o que eles dizem que vão fazer não serão necessários trinta e dois bilhões de dólares. Na realidade, dá para fazer o que eles pretendem com metade do dinheiro que estão dizendo que vão aplicar. Portanto, a gente já vê que é um plano para inglês ver. Para inglês não, para brasileiro bobo ver. É um pseudoplano. Eu acho que, novamente, é uma coisa contingencial.

**IA: O chamado plano "B", se for adotado, pode trazer mais fuga de investimentos na região de Campinas e do país? Pode haver desemprego na região? Enquanto Secretário da Cooperação Internacional, como o senhor analisa esse quadro?**

**RCCL:** As dificuldades que Campinas tem com a questão do investimento não decorrem da crise energética. Elas já existiam e decorrem de uma crise de neurônios da Administração passada na prefeitura. Eu acho que não tem nada uma coisa a ver com a outra. Campinas está em situação desvantajosa quanto a investimentos para a produção, mas não tem nada a

## CAMPINAS GANHA FÓRUM E CONSELHO DE ENERGIA

Campinas já tem dois espaços para a discussão da crise energética. No dia dezessete de julho, foram lançados na cidade o "Conselho Municipal de Serviço Público de Energia de Campinas" e o "Fórum de Cidadania e Crise Energética".

O Conselho, criado por decreto do prefeito Antonio da Costa Santos (PT), tem a participação de representantes de diversos setores sociais e vai acompanhar as políticas referentes à exploração e aproveitamento das fontes de energia. "Ele tem dois objetivos centrais. No âmbito do município, acompanhar e opinar sobre os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Mas tem um objetivo maior, para nossa Região Metropolitana, para o país, de modo geral, porque também pretende acompanhar a política nacional e estadual referente à exploração e aproveitamento das fontes de energia elétrica, distribuição e comercialização", disse o prefeito para a Imprensa da ADUNICAMP.

A iniciativa do Fórum foi do vereador Sérgio Benassi (PC do B), que apresentou requerimento aprovado pela Câmara Municipal. "Todos os aspectos mais perversos e danosos de uma crise energética são enfrentados objetivamente pelo cotidiano do cidadão. Com o seguinte agravante: o cidadão não foi alertado para a crise, não foi preparado para a crise, não foi orientado para a crise. Ele não foi chamado a dar opinião sobre as causas e, muito menos, sobre as consequências dessa crise, e ele vai descobrindo, aos poucos, o quanto isso prejudica, infelizmente e deteriora sua vida. O Fórum identificou, portanto, que à margem dos aspectos técnicos, ao lado da necessária discussão de enfrentar alternativas para sair dessa crise, precisa, também, elevar o seu nível de compreensão, de cidadão", afirmou o vereador.

O Fórum, político e permanente, tem a participação da UNICAMP e pretende discutir com a sociedade os impactos da crise na vida dos cidadãos. "Todos nós sabemos que essa crise vai ser duradoura. As contas mais otimistas falam em três anos. E as mais realistas chegam a dez anos. Como o cidadão vai interferir nisso? Ele precisa estar atuante politicamente", ressaltou Benassi. A abertura do Fórum, presidida pelo vereador, teve a participação do prefeito de Campinas, do secretário municipal de Cooperação Internacional e palestrante da noite, professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite e do pró-reitor de Extensão da UNICAMP, professor Roberto Teixeira Mendes.

## GÊNOVA

## HAJA APATIA, AMARTYA!

Sergio Silva\*

**D**e Amartya Sen (Prêmio Nobel de Economia) a Jarbas Passarinho (Ministro da Ditadura Militar), os defensores da globalização que assola o planeta desafiam a nossa inteligência - ou comprometem a possibilidade de reconhecermos a deles - ao centrarem suas argumentações na idéia de que a globalização é um processo que “avança há milhares de anos” (Amartya Sen, O Estado de São Paulo, 20/07/01), irreversível, sem alternativas além das trevas.

A grande mídia - em particular, da grande mídia brasileira, globalizada a vários títulos - garante a cobertura ideológica necessária, destacando o lado “espetacular” de ações variadas e das mais variadas origens e formas contra esta globalização que está aí, bem visível e precisa, agravando a miséria, inclusive - talvez, notadamente - a miséria moral, em todo o planeta.

Manifestações de dezenas de milhares de pessoas, “bem vestidas” (Passarinho, Estado, 31/07/01), em Seattle, ou trezentas mil, em Gênova, são transmitidas como novas doses da anestesia que recebemos diariamente. Boaventura dos Santos chama a nossa atenção: a força deste modelo de (in)civilização reside sobretudo na apatia e no conformismo que produz em nós (O Estado de São Paulo, 30/07/01).

O que faz essa gente toda nesses lugares? Por que vêm de lugares tão distantes? E esses anarquistas, punks, de negro mal vestidos, tão violentos? Ai, que loucura! Seria interessante dar, pelo menos, uma olhada no livro de Narcisa Tamborindeguy. Se houver disposição para uma leitura sociológica, sugiro o próprio Boaventura ou o nosso colega Laymert Garcia, freqüentemente no Caderno Mais, da Folha.

Um jovem, com o rosto encoberto, foi assassinado pelos carabinieri. FHC já disse que não admite isso (o rosto encoberto), mas o jovem não era brasileiro, boliviano, argelino, sem papel, clandestino (ver CD, com o mesmo título, do Manu Chao). Carlo Giannini era romano, morador de Gênova, colaborador da Anistia Internacional. Os oito presidentes do mundo (Bush diz que só tem um: ele; a imprensa, que são sete: Putim, o primo malvado do Fradim, estaria lá por favor) resolveram perdoar alguns bilhões de dívidas africanas e prometer uma “ação decisiva” contra a pobreza.

Em dezembro, outras manifestações ocuparão as ruas de Bruxelas, para saudar a cúpula da União Européia. Em janeiro, a segunda reunião do Fórum Social Mundial, outra vez em Porto Alegre, divulgará centenas, milhares de trabalhos, propostas, ações contra as crescentes desigualdades, o desemprego, a

Diante do que aconteceu em Gênova, universitários italianos que residem no estrangeiro redigiram esta carta aberta em favor dos direitos civis. Aqui vai ela, como uma homenagem aos democratas de origem italiana que vivem no Brasil, em especial aos que trabalham na UNICAMP. Os que possuem a cidadania italiana, podem assiná-lo, pelo e-mail indicado no final da carta.

## Lettera su Genova

*Noi cittadini Italiani residenti all'estero siamo indignati per i fatti di Genova, e proviamo vergogna e imbarazzo per l'immagine che il nostro paese ha offerto ai cittadini dei paesi che ci ospitano.*

*Indipendentemente dalle diverse opinioni sulla globalizzazione, e' inaccettabile che in uno stato che si definisce democratico vengano brutalmente violati i piu' elementari diritti civili. L'incapacita' di tutelare le centinaia di migliaia di manifestanti pacifici; gli arresti, le detenzioni e le perquisizioni arbitrari; l'uso sproporzionato e indiscriminato della violenza da parte delle forze dell'ordine; la violazione del diritto di cronaca; l'utilizzo di militari di leva impreparati ed inesperti, ci sembrano degni di un regime autoritario ed irresponsabile.*

*Riteniamo pertanto necessari l'immediato ripristino dei diritti civili e la chiara individuazione di tutte le responsabilita' all'interno degli organi di governo, delle istituzioni e delle forze dell'ordine.*

PER ADERIRE A QUESTO APPELLO, AGGIUNGI IL TUO NOME IN FONDO ALLA LETTERA SPECIFICANDO OCCUPAZIONE, AFFILIAZIONE, CITTA' DI RESIDENZA ESTERA E SPEDISCI A:

[letterasugenova@katamail.com](mailto:letterasugenova@katamail.com)

exclusão, a fome, as epidemias, endemias e pandemias, a poluição, o efeito estufa, os efeitos perfeitamente desconhecidos da difusão dos transgênicos, os efeitos perfeitamente imagináveis da volta do ideal nazista de um

ser humano “perfeito”.

Podemos procurar mais informações sobre estas manifestações, sobre esta luta, sobre a alternativa que ela nos abre. Fazer alguma coisa contra esta apatia,

este conformismo global. Ou, simplesmente, deixar cair. Ouvi dizer que a Reitoria já abriu inscrições para a inauguração do monumento ao Genoma de Todos Nós, no Vale do Silício. A Fapesp financia a viagem para quem tem média de 27,3 páginas publicadas por ano, sendo, pelo menos, 12 em revistas estrangeiras, com *referee*, é claro.

**“ DE AMARTYA SEN (PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA) A JARBAS PASSARINHO (MINISTRO DA DITADURA MILITAR), OS DEFENSORES DA GLOBALIZAÇÃO QUE ASSOLA O PLANETA DESAFIAM A NOSSA INTELIGÊNCIA - OU COMPROMETEM A POSSIBILIDADE DE RECONHECERMOS A DELES - AO CENTRAREM SUAS ARGUMENTAÇÕES NA IDÉIA DE QUE A GLOBALIZAÇÃO É UM PROCESSO QUE ‘AVANÇA HÁ MILHARES DE ANOS’ (AMARTYA SEN, ESTADO DE SÃO PAULO), IRREVERSÍVEL, SEM ALTERNATIVAS ALÉM DAS TREVAS.”**

\* Sérgio Silva é ex-presidente da ADUNICAMP.

MILTON SANTOS

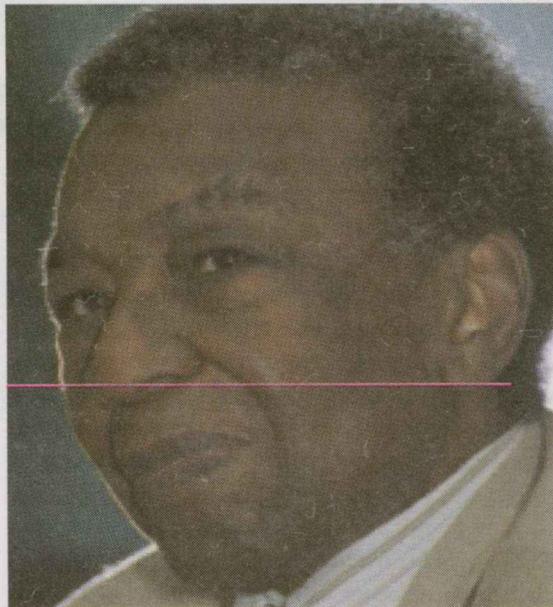
# MILTON SANTOS: GEÓGRAFO E PENSADOR

Daniel Garcia/ADUSP

No último dia 24 de junho, o Brasil perdeu o professor Milton Santos, aos 75 anos. Vítima de câncer, ele faleceu no Hospital do Servidor Público Estadual, em São Paulo, onde estava internado há cinco dias. O corpo do professor foi velado e sepultado no Cemitério da Paz, no Morumbi.

Grande geógrafo, pensador do Brasil e crítico da globalização, Milton de Almeida Santos era professor emérito da Faculdade de Geografia da Universidade de São Paulo. Nasceu em Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina (BA). Filho de professores primários e descendente de escravos emancipados antes da Abolição, aprendeu a ler e a escrever aos cinco anos. Matriculado no ginásio aos dez, estudou no Instituto Baiano de Ensino, em Salvador. Aos quinze anos, dedicava as horas de folga a ensinar colegas menores do colégio. Terminado o ginásio, seguiu para a Universidade Federal da Bahia e em 1948 formou-se em direito. Dez anos mais tarde, tornou-se doutor em geografia pela Universidade de Estrasburgo, França.

O professor também atuou como jornalista, tendo acompanhado Jânio Quadros numa viagem a Cuba, em 1960. Em 1964, presidiu a Comissão Estadual de Planejamento Econômico da Bahia. Durante a permanência na comissão, foi autor de propostas polêmicas, como a de criar um imposto sobre fortunas. Durante o regime militar, tinha dupla atividade: redator do jornal "A Tarde", de Salvador, e professor da Universidade Federal da Bahia. Por defender posições nacionalistas, foi demitido da uni-



versidade e ficou sessenta dias preso em Salvador. Depois de ter um princípio de infarto, foi libertado.

No exílio, foi professor das universidades de Toulouse, Bordeaux e Paris (França), Toronto (Canadá), Lima (Peru), Dar Assalaam (Tanzânia), Columbia (Estados Unidos), Central de Venezuela e Zulia (Venezuela). Em 1977, voltou definitivamente ao Brasil para lecionar na USP.

Milton Santos teve reconhecimento internacional como geógrafo e intelectual. Recebeu vinte títulos "honoris causa" pelo mundo. Ganhou o prêmio "Vautrin Lud", correspondente ao Nobel na área de geografia. Foi consultor da UNESCO (Or-

ganização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e da OEA (Organização dos Estados Americanos). Publicou mais de quarenta livros e trezentos artigos.

Mesmo doente há sete anos, o professor Milton Santos manteve um ritmo intenso de trabalho. Lecionou na USP até o ano passado, quando lançou dois livros. Continuou a frequentar a universidade até março e pretendia escrever um novo livro sobre o urbanismo de Salvador, tema da tese de doutorado nos anos sessenta, defendida no período de exílio na França.

No começo desse ano, o professor foi convidado pela prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), para coordenar uma Comissão que estudaria a inserção da cidade no processo de globalização. No entanto, ele não chegou a atuar na prefeitura, em razão dos problemas de saúde.

Na greve de docentes, funcionários e estudantes das universidades estaduais paulistas, ocorrida no ano passado, Milton Santos integrou a Comissão de Notáveis. A Comissão teve papel decisivo para que os reitores reabrissem as negociações com as entidades na fase final do movimento, que durou mais de cinquenta dias.

O professor Milton Santos foi um mestre das humanidades. Um pensador original, crítico. Criador de uma nova Geografia, centrada no espaço e território usados. Com forte espírito de engajamento, foi defensor ferrenho da causa dos excluídos e grande combatente da cidadania plena.

## RENATO ORTIZ FALA SOBRE MILTON SANTOS

No último dia dois de agosto, a Imprensa da ADUNICAMP fez uma entrevista com o professor Renato Ortiz, sobre a importância de Milton Santos, morto em 24 de junho desse ano.

Renato Ortiz é professor titular do Departamento de Sociologia e Coordenador de Pós-Graduação do IFCH.

**Imprensa ADUNICAMP: Como o senhor analisa a amplitude e o respeito internacionais que o professor Milton Santos conseguiu através do trabalho?**

**Renato Ortiz:** Eu posso dar algumas idéias gerais sobre esse tema. Em particular, sobre a presença do Milton na disciplina da Geografia, eu acho que seria mais correto conversar com os geógrafos. O Milton que eu tinha como interlocutor era geógrafo, mas, também, tinha uma dimensão maior além de geógrafo. Eu acho que o Milton pode ser visto nessa dupla dimensão: da sua disciplina específica e o que ele extravasava para fora do campo da sua disciplina específica. Eu tenho impressão que aqueles que conviveram com

o Milton, e eu convivi não muitos anos, eu convivi apenas durante os anos noventa porque o conheci no início dos anos noventa e o que nos aproximou foi o tema da globalização. Nesta época, eu junto com o meu "irmão mais velho", o Octavio Ianni, tínhamos um grupo de trabalho no Instituto de Estudos Avançados da USP, no qual o Milton se juntou. E em seguida, pelo interesse da discussão, ele, junto com a professora Maria Fernanda de Souza, começou a desenvolver um trabalho na Geografia, onde eles criaram alguns cursos sobre o tema da globalização. Pelo que eu saiba, provavelmente, foi junto com nós, que estávamos desenvolvendo isso na UNICAMP, um dos primeiros cursos de pós-graduação a tratar da temática da globalização. Isso logo no início dos anos noventa, o que era raro naquela época. Eu diria que o Milton tem uma reflexão original. Ele é um pensador preciso e muito intuitivo. Pode parecer contraditório, mas isso é extremamente importante em qualquer trabalho intelectual. Para mim, o que mais chamava a atenção nele, como em outros intelectuais, é esse elemento de

engajamento com o pensamento. O que ele produziu nos últimos anos - eu conheço menos os trabalhos dele anteriores à década de noventa - na verdade teve um impacto bastante importante, positivo no caso brasileiro, em particular também fora do Brasil. Mas eu posso, certamente, assegurar que no caso da América Latina o pensamento dele é um pensamento bastante presente. E não apenas na área específica na qual ela atuava. Ou seja, os trabalhos do Milton Santos são muito conhecidos em diversos países: Argentina, México, Colômbia, uma parte dos Estados Unidos, onde as pessoas estão dialogando recorrentemente com ele. O que é raro. Raro porque, em termos intelectuais, no caso brasileiro, nós somos mais receptores de pensamento do que produtores de pensamento. Aliás, esse é um tema que ele gostava muito e nós o discutimos várias vezes. Eu acho que ele rompe com isso. Talvez um dos grandes méritos que o Milton tem, que o Ianni também tem e que alguns de nós temos, é essa inversão.

Continua na página 8

### Continuação da página 7

Ou seja, deixar de ser apenas consumidores de teorias e pensamentos, e ser produtores de uma reflexão própria.

**IA: Nos últimos anos, o professor Milton Santos centralizou os trabalhos na globalização, que também é um tema de pesquisa do senhor. Gostaria que o senhor fizesse uma reflexão sobre esse tema.**

**RO:** Olha, não são nos últimos anos. Digamos que, através da mídia, que foram conhecidos os últimos trabalhos. É claro, depende de como nós entendemos "últimos anos". Mas nós começamos a trabalhar isso no início dos anos noventa. Já tem aí, pelo menos, dez anos. O tema da globalização tem um conjunto de implicações. Desde implicações que vão da esfera econômica, social, cultural, até implicações de ordem do pensamento. Dito de outra forma, para pensar o mundo contemporâneo é necessário, primeiro, compreender as mudanças que ocorreram nas últimas décadas. Porém, ao mesmo tempo, estender essa compreensão às categorias que pensam o mundo. Dito de uma outra maneira, um conjunto de categorias teóricas que nos serviam para pensar o mundo contemporâneo têm que ser revistas. Portanto, a reflexão da globalização é dupla. Um

objeto novo, globalização, e as categorias que pensam o objeto. É nesse sentido que a contribuição dos autores, do Milton em particular, têm sido feita. Primeiro, entender o processo. Porém, na compreensão do processo, o que se coloca em causa é a própria tradição das Ciências Sociais no sentido amplo do termo. Por exemplo, a noção de espaço. O Milton, como geógrafo, traz uma boa contribuição para a discussão da noção do espaço. Por que? Porque a noção de espaço se refaz no contexto do mundo contemporâneo. Para usar uma expressão minha e dele: ao mesmo tempo o espaço se dilata, porque no mundo há um processo de expansão dessa espacialidade. Porém, ao mesmo tempo, o mundo torna-se menor, para usar uma expressão dele. Ou o mundo torna-se um lugar. Essas transformações são transformações que estão na base dos fenômenos. No interior desses fenômenos é que vão ser desenvolvidos os temas econômicos, políticos, da desumanização, que é um tema que ele trata.

**IA: O professor Milton Santos não separou a vocação intelectual da vocação política. Era um intelectual engajado. Como o senhor observa tal engajamento, tal determinação?**

**RO:** Eu acho que não é isso. Eu acho que essa é uma leitura que as pessoas estão fazendo do Milton. Eu acho que o Milton sempre fez uma distinção

muito clara entre o engajamento intelectual e o engajamento político. Ou seja, o engajamento intelectual não é idêntico ao engajamento político. Ele é de qualidade diferente. Tanto que as propostas do Milton estão muito longe de proposta partidárias. Ele não é intelectual orgânico. Nunca foi. E a força dele está nisso. Porém, isso não significa que ele tenha sido um intelectual que esteja inteiramente separado da esfera pública, onde as discussões dos temas sociais se dão. Isto sim, o Milton sempre foi um homem da ciência e um homem da esfera pública. Porém, isso não é idêntico ao engajamento político e ao engajamento intelectual. Eu sei que agora, com os últimos livros, as últimas intervenções, parece um pouco que o Milton é quase, para alguns jornalistas e para alguns colegas, é quase um pensador militante. Pelo contrário, ele sempre foi extremamente crítico sobre a noção de militância. Ele nunca foi um militante. Talvez o tenha sido no passado, eu não o conheço bem. Porém, ele tinha uma perspectiva teórica que o distanciava muito da questão da militância. Isso não o impedia de ser, simultaneamente, um homem público. Nesse sentido ele segue uma tradição humanista. De um intelectual que pensa o mundo e de um intelectual que está no mundo. Porém, estar no mundo é diferente de militância política.

## ARTIGO

# MILTON SANTOS

Manoel Correia Andrade\*

**F**aleceu em São Paulo, a 24 de junho de 2001, o geógrafo, humanista e professor Milton Santos. Ele foi, inegavelmente, o maior geógrafo do Brasil e um grande humanista, tendo passado toda a vida lutando em defesa da cultura brasileira, por uma tentativa de melhoria das condições da sociedade brasileira e, sobretudo, batalhando em favor dos pobres, pelo aprimoramento do ensino universitário, no momento em que a universidade pública atravessa dias difíceis.

Baiano de origem humilde – seus pais eram professores primários no interior da Bahia –, ele nasceu em Brotas de Macaúbas e passou grande parte de sua vida na região cacauzeira. Estudou Direito na Universidade Federal da Bahia e, recém-formado, exerceu a advocacia em Ilhéus, optando depois pela Geografia, fazendo o curso de Cátedra para o Ginásio Estadual da Cidade. Daí, com os estudos feitos na região, transferiu-se para Salvador, dedicando-se ao jornalismo, no jornal *A Tarde*, e ao ensino nas Universidades Católica e Federal, fazendo, posteriormente, o doutorado na França, na Universidade de Strasbourg, sob a orientação do professor Tricart. Foi também presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Homem de tendências esquerdistas, embora não filiado a partidos políticos, participou do Governo Lomanto

Júnior, dirigindo órgão de estudos e planejamento. Mas, face a suas posições políticas, foi preso por alguns meses, em 1964, e forçado a exilar-se na França, onde foi contratado como professor visitante da Universidade de Toulouse e, em seguida, de Bordeaux e de Paris. Em seu periplo pelo mundo, que durou cerca de dezessete anos, trabalhou em vários países, como na Tanzânia, na Universidade de Dar-el-Salem, no Canadá, nos Estados Unidos, na Venezuela e no Peru. Voltando ao Brasil após a anistia, fixou-se em São Paulo onde, por concurso público, tornou-se professor titular da USP, depois de ter passado uma temporada no Rio de Janeiro, na UFRJ.

A sua obra pode ser dividida em três fases: a primeira foi dedicada aos estudos regionais, sempre voltado para a região cacauzeira, quando escreveu um importante livro *Zona do Cacau*; a segunda fase foi dedicada aos estudos urbanos, sobretudo da capital da Bahia, tendo escrito o livro *O Centro da Cidade do Salvador*; e, finalmente, a terceira, iniciada na França e continuada em São Paulo, dedicada à análise dos problemas da ciência geográfica, postulando a formação de uma metodologia geográfica. Esta fase tem a maior importância porque coincide com o período em que desenvolveu, no Brasil, a chamada "geografia crítica", que fez desaparecer a fase da geografia teórica ou quantitativa, que estava voltada para os métodos econométricos norte-americanos, e que servia muito bem ao sistema político-militar dominante no Brasil; nela se procu-

rava estimular um crescimento medido em dados estatísticos e sem preocupações com as implicações sociais. São numerosos os livros que publicou nos dois últimos decênios, inclusive os dois últimos, um sobre o problema da globalização e o último, publicado este ano, sobre o Brasil, dando uma visão global do nosso país, no momento em que vivemos.

Milton Santos não foi apenas um geógrafo, no sentido acadêmico da palavra, mas também um filósofo da geografia, como também o classificou o também grande geógrafo Aziz Ab'Saber; vivia a ciência, mas destacava os compromissos desta e do cientista com a sociedade em que ele vive e trabalha. Daí a sua posição e o seu compromisso com o combate à pobreza, que é sempre acompanhada da fome, da falta de saúde, de educação e de higiene; fazia uma defesa intransigente da universidade pública e dos compromissos mantidos pela mesma com a sociedade que a mantém. Milton Santos, que faleceu em um momento de ascensão como pensador, deixa um legado importante não só como geógrafo, como escritor, mas também como cidadão, como político que serviu à pátria sem dela pleitear vantagens.

\* Manoel Correia de Oliveira Andrade é historiador e geógrafo. O texto acima, publicado no "Jornal do Comércio", Recife – PE, em 22/07/01, foi gentilmente cedido pelo autor.